

AJ01715-1

Do. Econômico - ES

VELHAS E NOVAS AMEAÇAS

DOS CAFEZAIS AOS ROYALTIES, PERDAS INCALCULÁVEIS

No Estado, rombo chegaria perto dos R\$ 4,3 bi

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Os capixabas vivem neste momento sob a ameaça de perderem, de uma só vez, parte dos royalties pagos pela extração de petróleo e o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). Somados os rombos, as perdas se aproximariam, já em 2012, de R\$ 4,3 bilhões, muito para um Estado cujo orçamento global em 2011 foi de R\$ 12,8 bilhões.

Claro que ainda há espaço de manobra e que as perdas, caso venham a existir, nem sejam tão grandes, mas mesmo assim é bom olharmos para trás para aprender com uma história que completa 50 anos: a erradicação dos cafezais. Assim como hoje, no início da década de 60, os capixabas



AL01715-2

viviam sob tensão, sob uma ameaça ainda maior, também vinda de Brasília, e que depois veio a se confirmar. Dessa história, o Estado saiu com algumas sequelas, mas bem mais forte do que entrou.

A ERRADICAÇÃO

Do século XIX até a década de 60 do século XX, o Espírito Santo vivia numa economia pouco dinâmica e extremamente dependente do café. Em 1960, 68,1% da população economicamente ativa do Estado vivia do setor agrícola e a lavoura cafeeira era responsável pelo emprego de 80% da população ocupada nesse segmento.

Na segunda metade da década de 50, a sequência de supersafras determinou uma forte queda dos preços

do café, de US\$ 86,83 em 1954, a saca chegou a US\$ 39,24 em 1962. Diferente de outros anos, quando o governo federal chegou a queimar milhares de sacas para reduzir o estoque e, portanto, a oferta de café, a União decidiu por erradicar os cafezais até que a capacidade produtiva e as safras colhidas se equiparassem às necessidades do mercado consumidor.

Entre julho de 1962 e maio de 1967, 53,8% do cafezal capixaba, algo perto de 300 milhões de pés, foi destruído, deixando 60.394 pessoas sem emprego. Calcula-se que, por conta da erradicação, 200 mil deixaram a zona rural do Espírito Santo, vindo para a Grande Vitória ou saindo do Estado, gerando grave crise social.

Esses números eviden-

SUPERAÇÃO

“Primeiro fomos a barreira verde, depois veio a erradicação do café e agora royalties e o fim do Fundap. O capixaba tem know-how em superar dificuldades”

HAROLDO C. ROCHA
ECONOMISTA

ciam a força do golpe que o Estado tomou. “Apesar dos valores de hoje serem altos, a crise causada pela erradicação foi muito mais grave. Na década de 60, nossa economia era precária, dependente do café. Com a erradicação, vimos nossa principal atividade quase acabar. Hoje, o problema é muito mais fiscal, afinal, o

petróleo, o gás, as mineradoras, as siderúrgicas, a celulose e toda a cadeia delas continuarão”, opina o economista Orlando Caliman.

Haroldo Correa Rocha, coautor do livro “Cafeicultura & Grande Indústria: a transição no Espírito Santo”, junto com a também economista Angela Morandi, volta mais de 300 anos e traça um paralelo entre as crises de hoje e de ontem.

“No século XIX, com a descoberta de ouro em Minas Gerais, viramos a barreira verde, tudo para que ninguém acessasse as jazidas. Foram 200 anos perdidos. O Estado poderia ter se transformado num importante entreposto comercial. Depois veio a erradicação, também decisão unilateral. Agora, União/Congresso querem o fim do Fundap e

retirar parte dos royalties. A compensação não chega nem perto do prejuízo”.

SAÍDA

No caso da erradicação, as compensações só vieram depois de muita lamúria capixaba em Brasília. O Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres) só foi instituído em 1969, dois anos depois do fim da erradicação. Criado em 1971, o Fundap é um dos mecanismos para fomentar a economia local.

Com incentivos e financiamentos, o Estado diversifica sua economia. Em 1978, a Aracruz Celulose começa a operar. Em 1983, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) é inaugurada. Com a expansão das atividades da Vale, com as usinas de pelotização e o

porto de Tubarão, também nesse período, está estabelecida a base da indústria capixaba que vigora até hoje.

Diante das ameaças, o professor de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Arlindo Villaschi propõe uma olhada no passado para inspirar o futuro. “Na década de 60, a indústria movimentava a economia. Hoje, é o conhecimento. Veja a Apple. Assim como no passado, temos de reivindicar compensações, mas desta vez temos de brigar pela educação. No país, não é assim, mas o capixaba pode trilhar um caminho diferente”.

agazeta.com.br

/dinheiro. Veja seleção de páginas antigas de A GAZETA que contaram a história da erradicação dos cafezais.

DOIS MOMENTOS HISTÓRICOS

Há 50 anos o Estado perdia sua principal atividade econômica - o café - e agora pode perder dinheiro dos royalties e o Fundap

IMPACTOS DA ERRADICAÇÃO



IMPACTOS DE HOJE - ROYALTIES

No caso da aprovação pelo Congresso do projeto proposto pelo senador paraibano Vital do Rêgo, as perdas para o Estado, já em 2012, seriam de **R\$ 557 milhões**

Esses recursos deixariam de entrar nos cofres de municípios e Estado, minando os investimentos em educação, saúde, segurança e infraestrutura, por exemplo

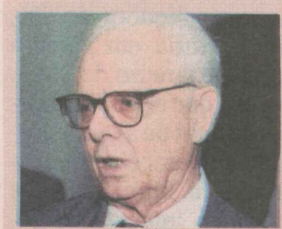
FUNDAP

Com o fim do Fundap, o rombo aos cofres públicos pode chegar aos **R\$ 3,8 bilhões** levando em consideração a arrecadação de 2011

O mais grave é que, além de afetar a saúde fiscal de Estado e municípios, várias empresas de comércio internacional, sem o financiamento, deixariam o Estado, prejudicando, desta forma a base econômica capixaba. **Cerca de 46 mil empregos estão ameaçados**

A Gazeta - Ed. de arte - Genilso

MINIENTREVISTA



“O PETRÓLEO ACABA, MAS A INTELIGÊNCIA FICA”

Arthur Carlos G. Santos
Governador entre 1971 e 1975

Quais foram os impactos da erradicação dos cafezais no Estado?

Foram enormes, houve uma queda muito grande da receita, algo perto de 60% de nossas receitas vinhas do café. Mas essa queda do café já vinha acontecendo antes da erradicação. A quantidade de empregos perdidos com a decadência do café arábica no Sul do Estado foi enorme. Fazendas que antes mantinham 200 famí-

lias empregadas estavam com três, quatro famílias em 1960. Era um plantio sem tecnologia, enquanto a terra era boa, havia produtividade, depois decaía. Foi algo paulatino, que culminou na erradicação, um programa elaborado pelo governo federal para acabar com os cafezais improdutivos e substituí-los por culturas produtivas. **O golpe da erradicação foi mais duro que os golpes que o Estado pode**

tomar agora?

Muito pior, imagine ter que dar emprego para todas aquelas pessoas que não tinham mais o que fazer na lavoura, mas saímos fortalecidos. Veja que nossa economia se diversificou com a entrada da indústria, e o próprio café viu sua produtividade aumentar muito. Antes só se plantava arábica, hoje, só se planta arábica acima de 400 metros. O resto é conilon. Até a década de 60, com uma grande área ocu-

pada, produzíamos, quando muito, 2 milhões de sacas/ano. Hoje, numa área bem menor, passamos de 11 milhões de sacas.

Então a saída foi a diversificação?

Primeiro, com o conilon, reavivamos a cultura do café. A outra saída foi transformar a composição do PIB do Estado, com mais peso para indústria e serviços. O desafio era trazer capital de fora, já que aqui não tinha, para que isso acontecesse. Observe

que Aracruz Celulose, CST, Vale, todas elas, ou têm capital estatal ou de fora. Sabíamos que essas âncoras atrairiam outras, o clima estaria criado.

Qual a saída para os problemas de hoje?

Traria mais empresas. Elas gerariam mais emprego, renda e mais arrecadação. Uma hora o petróleo acaba, mas a inteligência, a estrutura técnica, fica. Há capital sobrando no mundo, temos de trazê-lo para cá.

ESTADO DE ALERTA

BERNARDO COUTINHO



Fim do Fundap: perda de R\$ 2,34 bi em um golpe só

Importação de carros será uma das atividades afetadas com a extinção do fundo. E mais: previsão é de que municípios vejam escapar 40% dos investimentos

RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

O governo federal quer pressa na aprovação do projeto de resolução 72/2010, de autoria do senador Romero Jucá, que reduz para 2% a alíquota de ICMS nas operações interestaduais e intermunicipais de produtos importados. A aprovação da mudança, que significará na prática, o fim do Fundap, resultará em elevadas perdas para o Espírito Santo e seus 78 municípios.

De acordo com dados do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiex), a perda anual do ICMS gerado pelo Fundap será de R\$ 2,34 bilhões. Os municípios deixarão de receber R\$ 585 milhões em receita já no próximo ano e terão redução drástica da capacidade de investimento.

“Os municípios passarão por dificuldades e terão pouco dinheiro para investir”, alerta o ex-secretário estadual da Fazenda, o economista José Teófilo Oliveira. A maioria das cidades perderá mais de 40% dos investimentos programados. Mas, para várias delas, a queda será superior a 50% e há quem já fale em quebradeira de municípios.

Os impactos não serão apenas esses. A redução da alíquota de ICMS, destaca o presidente do Sindiex, Severiano Alvarenga Imperial, resultará em perda de 7,1% do PIB es-

IMPACTO MAIS QUE NEGATIVO

A mudança do ICMS vai provocar não só perda de receitas para o Estado, mas também o desaparecimento da atividade de comércio exterior em si.

O QUE A REFORMA TRIBUTÁRIA MUDA NO FUNDAP

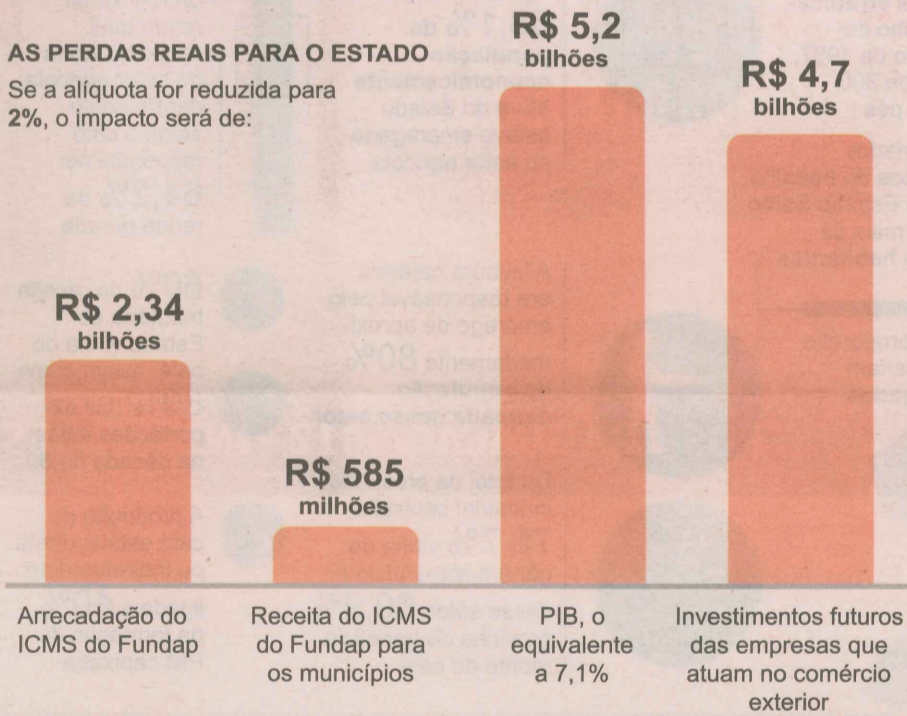
O Projeto de Resolução 72/201, de autoria do senador Romero Jucá, propõe reduzir de 12% para zero a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.

Com a emenda apresentada pelo senador Delcídio Amaral, na Comissão de Assuntos Econômicos, a alíquota vai para 2% a partir de janeiro de 2015

A proposta agora está em debate na Comissão de Constituição e Justiça, que tem o senador Ricardo Ferraço como relator.

AS PERDAS REAIS PARA O ESTADO

Se a alíquota for reduzida para 2%, o impacto será de:



46.820
empregos formais, o equivalente a 2,7% dos empregos formais no Estado



550
empresas poderão fechar as portas

AGazeta - Ed. de Arte - Gilson

tadual. Serão menos R\$ 5,2 bilhões de massa de recursos que deixarão de ser aplicados na economia do Espírito Santo, que encolherá. “Essa situação será muito grave”, ressalta.

Sem o mecanismo de incentivo fiscal, há o risco de mais de 500 empresas da área fecharem as portas. E o impacto será forte: perda de 46.820 empregos formais. Esse contingente que atua na cadeia sustentada pelo comércio exterior representa 2,7% dos empregos formais no mercado de trabalho capixaba.

Para abalar ainda mais a estrutura da economia estadual, o cálculo do Sindiex aponta a perda de oportunidade de R\$ 4,7 bilhões em investimentos projetados para os próximos quatro anos. Estes seriam feitos pelas empresas da área de comércio exterior em terminais portuários, aeroportuários e de armazenagem.

As simulações da entidade foram feitas no cenário com alíquota de 2%, que entraria em vigor a partir de janeiro de 2015. Isso porque a proposta inicial de Jucá de alíquota zero nas operações interestaduais e municipais de produtos importados recebeu emenda do senador Delcídio Amaral, que foi o relator na Comissão de Assuntos Econômicos.

A proposta está agora em discussão na Comissão de Constituição e Justiça, que tem o senador capixaba Ricardo Ferraço como relator.

Seminário vai discutir tema na quinta-feira

“Fundap: Em Defesa do Espírito Santo” é o tema do seminário que será realizado em Vitória, na próxima quinta-feira, para debater os impactos da reforma tributária parcial que o governo pretende aprovar ainda neste ano. O evento, no Radisson

Hotel, às 14h30, terá dois painéis. O primeiro, para avaliar os impactos econômicos das mudanças propostas, terá como debatedores o ex-secretário estadual da Fazenda e economista José Teófilo Oliveira, o ex-ministro do Planejamento e economista

Guilherme Dias, e o diretor da Rosenberg & Associados, economista Luis Paulo Rosenberg.

No segundo painel, que será uma avaliação política da proposta e também da estratégia do governo federal de fazer a reforma tributária fatiada estão

programadas as participações do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, do senador Ricardo Ferraço, e do secretário de Fazenda de Santa Catarina, Nelson Serpa.

O evento é uma realização de A GAZETA, com promoção do Sindiex.

AJ01715-4

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

DINHEIRO 43

DOMINGO, 20 DE NOVEMBRO DE 2011 **A GAZETA**

RANKING DO CAGED

Vitória é a 21ª cidade com melhor saldo de emprego

BRASÍLIA

Das 50 cidades brasileiras que registraram o melhor desempenho na geração de emprego formal em outubro, Vitória aparece na 21ª colocação, apresentando um saldo de vagas de 1.241 (diferença entre contratações e demissões).

O ranking também mostra que das 50 primeiras colocações, 15 são ocupadas por capitais de seus respectivos Estados, além de Brasília. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho divulgados na

última sexta.

A cidade de São Paulo lidera, com 19,7 mil vagas, seguida do Rio de Janeiro, com 6,4 mil.

Na outra ponta, Petrolina, em Pernambuco, foi destaque de perda de vagas, com corte de 4,7 mil. A segunda cidade que

mais demitiu no mês de outubro, Pontal, no interior de São Paulo, perdeu 4,3 mil vagas.

Como destaque capixaba negativo nesse grupo, está Aracruz, o 37º lugar na lista das 50 cidades que mais demitiram. Seu saldo de vagas ficou em -294.

Em todo o país, foram criadas 126.143 vagas com carteira assinada em outubro, queda de 38,4% frente ao mesmo mês do ano passado

ARQUIVO/AG



Trabalho no país teve dados atualizados em outubro

